



“CRIANÇA CALÇADA, CRIANÇA SADIA!”

SHORT CHILD, HEALTHY CHILD!

Vinicius Kapicius Plessim¹

A obra é fruto do processo de mestrado da autora pela Universidade de São Paulo / Faculdade de Educação (FEUSP) que tem como objetivo compreender a estruturação nas escolas públicas paulistas quanto ao uso dos uniformes escolares entre os períodos de 1950 a 1970. Sendo assim, Katiene Nogueira da Silva (2018) procurou analisar as diferentes maneiras com que estas vestimentas eram abordadas na imprensa educacional, bem como as distintas retratações dos alunos nestes periódicos, as orientações trazidas nos manuais pedagógicos dos cursos normalistas, entrecruzando estes jornais escolares com a legislação educacional.

A autora possui graduação em pedagogia pela Universidade de São Paulo (FEUSP – 2002), mestrado e doutorado na mesma instituição nos anos de 2006 e 2011, respectivamente. Atualmente exerce docência na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), ministrando aulas no curso de pedagogia e exerce orientação no Programa de Pós – Graduação (mestrado e doutorado) na área. Atua no desenvolvimento de pesquisas no campo da didática e da História da Educação a partir de temas como: práticas escolares, cultura escolar, práticas pedagógicas, avaliação das aprendizagens e ensino superior.

No primeiro capítulo de sua obra, a autora apresenta o percurso metodológico de sua pesquisa que levou a produção de seu livro e a obtenção de seu título acadêmico. Ao trazer as fontes consultadas a autora nos revela a importância do ofício do historiador e o seu intenso diálogo com estas, na busca de compreender o passado a partir dos periódicos educacionais. Para a autora os periódicos educacionais se constituem numa importante ferramenta para o trabalho do historiador da educação brasileira, por estes representarem o discurso dos agentes que influenciavam a prática docente, ou seja, uma voz oficial que norteia toda prática cotidiana nas instituições de ensino. Ao escolher a **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** três seções deste periódico se tornou importante, sendo eles: “Ideias e debates”, “Através de revistas” e jornais” e “Documentação”, o que permitiu a distribuição dos artigos que foram selecionados por meio de categorias analisadas segundo os temas: Educação sanitária, higiene e eugenia (1), Assistência social (2) vestuário como símbolo de distinção social (3), Programas de ensino (4), Financiamento da Educação (5) e por último Disciplina, ordem e asseio (6).

A **Revista de Educação** foi analisada pela autora entre os períodos de 1930 a 1961, nos textos selecionados, se tornou fecundo para a pesquisa da autora por permitirem

¹ Vinicius Kapicius Plessim, doutorando em educação pela Universidade de São Paulo (FEUSP), vinikapicius@usp.br.



compreender as discussões quanto ao cuidado em relação a saúde a higiene do aluno, a reprodução de comportamentos e a inculcação de valores e ações classificadas como exemplares, que deveriam estar no cerne da vida cotidiana do aluno para a sua inserção e manutenção na vida escolar.

Na **Revista do Professor**, a autora não houve seleção de textos que compuseram a sua pesquisa, contudo a sua riqueza estava na grande concentração de imagens nas suas páginas, o que torna fecundo para o seu estudo e o campo da história da educação brasileira. A base para este caráter seletivo estava no cunho central de sua análise que foi o uniforme escolar, na busca por entender como este era representado nas páginas do periódico, as suas caracterizações, emblemas, distintivos, as diferentes maneiras de serem usadas estas vestimentas, por exemplo, em desfiles cívicos escolares.

A partir dos **jornais escolares** que eram mantidos e assistidos por entidade discentes, esta fonte permitiu compreender a cultura escolar, as práticas cotidianas desenvolvida na instituição e suas experiências, ou seja, suas diferentes representações quanto a sua realidade / mundo social em que estavam engajados. Nos **manuals pedagógicos** foram encontrados s orientações devidas quanto a forma de utilização adequada dos uniformes escolares, bem como a sua inserção nos programas de ensino. A **legislação estadual** serviu para Katiene (2018) enquanto fonte, para que ela pudesse compreender em seu estudo as normas que regiam a utilização dos uniformes escolares pelas instituições.

No segundo capítulo de sua obra intitulado: *Sobre a história do vestuário e a história da educação*, a autora a partir da história do vestuário procurou embricar os referenciais que nortearam e exerceram influência nos uniformes escolares. Assim sendo, a autora procurou analisar os discursos que foram produzidos pelos agentes sociais que investigaram a história do vestuário na busca por entender as estruturações que nortearam as diferentes tendências do campo da moda e levaram a configuração dos uniformes escolares, ou seja, seus distintos modelos, cores e significados que produzia a partir do seu ato de vestidura.

De acordo com Katiene (2018) os uniformes produzem sentidos e significados em relação a prática cotidiana escolar, logo, trouxe à tona em sua discussão a importância da cultura escolar enquanto referencial de seu estudo, pensada num conjunto de valores, comportamentos e tradições que são inculcadas nos indivíduos. Ademais, para a autora neste capítulo os uniformes produzem um sentimento de pertença e identificação / identidade escolar, bem como guardam em seu passado a memória daqueles que os vestiam. Para a autora, é impossível negligenciar o caráter subjetivo e objetivo que os uniformes transmitem a partir de seu uso.

No terceiro capítulo denominado *“Decentemente trajados e com asseio”*: *Os modelos dos uniformes escolares entre 1950 e 1970*, a autora pode analisar as metamorfoses com que estas vestimentas passaram pelo marco temporal. Procurou perceber as diferentes maneiras de se vestir, os emblemas, os signos produzidos pelas roupagens. Conforme defendeu neste capítulo, os uniformes mascaram as diferentes origens sociais, devido ao fato de todos estarem homogêneos segundo a roupagem de sua instituição de ensino, assim a autora, percebe que estas roupas escolares representam uma condição social e fantasiam as diferenças dos alunos.



Ao analisar por meio das fotografias, a autora pode identificar os diferentes modelos, cores, maneiras de serem usados e bem como momentos específicos e oportunos de se ajustarem aquela roupa. Para Katiene (2018), os uniformes escolares permitiam a identificação do aluno e sua adesão ao projeto oficial de escola que se encontrava em vigor em relação ao período de seu estudo, mascarando assim as diferenças e origens sociais de seus alunos, legitimando os discursos oficiais, cuja lógica estava no controle deste estudante no seu comportamento a partir da forma com que se vestia.

Existia para a autora ao trazer as fontes imagéticas retiradas dos periódicos educacionais sobre os uniformes escolares, que estes como seu próprio nome afirma, demarcam uma identificação, mas ao mesmo tempo produzir padrões de comportamento, inculcar valores e ações a serem produzidas pelos alunos. Atitudes que norteavam a assumiam os laços dos alunos com a escola e o discurso oficial dominante do Estado, bem como deveria sair dos muros escolares e se perpetuarem pela sociedade, enquanto sinal da excelência do ensino, uma vez que, todos uniformizados se levantava a ideia falsa desta igualdade social que inexistia.

O quarto capítulo da obra *“Criança calçada, criança sadia!”: Os uniformes escolares e o acesso a escola*, a autora procurou destacar o material por meio de uma sistematização operacionalizada que permite o entendimento do acesso da clientela a escola e de que forma o uniforme representou um obstáculo para o acesso das instituições por parte das camadas mais pobres do Estado de São Paulo.

De acordo com Katiene (2018), a obrigatoriedade da utilização dos uniformes pelas crianças, representava a obrigação das famílias de levarem as suas crianças devidamente trajadas segundo as regras institucionais. A escola, representava assim por meio da sistematização estética de seu alunado, a instituição disciplinar, que acolhia em seu interior aqueles que coadunavam com seus discursos e prática e excluía de seu acesso todos aqueles que representava uma ameaça a este espaço. A instituição escolar promove assim, o controle e a coerção dos corpos, a disciplina e legitimava a sua autoridade com os discursos oficiais do Estado paulista.

Para a autora os uniformes demarcavam a possibilidade da identificação e do reconhecimento dos estudantes, ou seja, o pertencimento destes a instituição e a tutela do Estado. Os pais necessitavam custear estas vestimentas, como garantia da inserção no interior dos estabelecimentos de ensino, contudo, não representavam o único indicativo da obtenção do êxito / sucesso escolar, logo, era preciso ajustar os seus corpos as normas / regras escolares para que ajustados segundo o interesse da escola pudessem reproduzir os seus discursos pela sociedade, ou seja, nada escapa dos olhares dos dirigentes escolares sobre o aluno.

As dificuldades das camadas mais pobres da população de acesso aos materiais escolares, como por exemplo, tiveram na Caixa Escolar a esperança de matricular e manter os seus filhos nas instituições, contudo conforme defendeu Katiene (2018), os recursos eram insuficientes para atender a demanda. De acordo com a autora, por mais que a legislação da década de 1960 defendesse o direito a todos de uma educação gratuita e de qualidade, no processo de escolarização do ensino paulista a gratuidade do ensino não representava ser uma condição suficiente e eficaz que possibilitasse as condições de acesso a esta modalidade, pois nem todos possuíam os materiais necessários para



estudarem e se manterem no interior da instituição de ensino, que utopicamente o abraçou, logo, a obrigatoriedade do raje escolar representava um empecilho para uma educação democrática de direito a todos.

No quinto capítulo *“A professora não deve ir para a aula nem vestida de ‘andar em casa’, nem como se fosse para uma festa”*: *Quais eram os usos das roupas das normalistas e das professoras primárias?* A autora procura destacar as informações no que tange as representações dos uniformes das normalistas e as vestimentas das professoras primárias através dos manuais pedagógicos e ainda da legislação brasileira.

De acordo com Katiene (2018), as vestimentas das alunas significavam um sinal de excelência, controle e mulher disciplinada. No final de 1950 a expansão das redes tanto do ensino primário e do secundário, o perfil do alunado que buscava os cursos normalistas não estava mais diretamente interligado as “moças” que enxergavam a profissão apenas como ocupação secundária. A transformação da clientela escolar está diretamente na necessidade de grupos de mulheres oriundas de categorias sociais mais pobres da população, que após a conclusão de seus estudos, se destinavam a ensinar as crianças em classe de maior contingente de aluno, formadas por crianças majoritariamente pobres.

Para a autora neste capítulo, os uniformes transformam as diferenças dos alunos em homogêneos, o que permitia com que estes fossem bem governados e controlados pela instituição escolar. Ainda assim, os uniformes impediam com que a clientela pudesse se manifestar por suas vestimentas, uma vez que, se encontravam uniformes. Ao trazer o referencial teórico neste capítulo da héxis corporal, que consiste num conjunto de propriedades que estão diretamente ligadas a utilização do corpo que se acabam por se exteriorizar a classe ou grupo de um indivíduo, Katiene (2018) reafirma que tanto a utilização dos uniformes escolares bem como a sua ausência não perpassa da apreciação e dos esquemas classificatórios dos professores em relação aos seus alunos.

No último capítulo de sua obra *“Deveres do bom aluno: capricho, ordem e limpeza”*: *A higiene dos alunos e os uniformes escolares*, a autora percebeu que as fontes estudadas em seu estudo permitem perceber que o discurso higiênico e disciplinar nortearam a capacidade de acesso do uniforme escolar pela sua clientela. Segundo Katiene (2018), os uniformes transmitem um sentido de civilidade daqueles que o vestem e se exteriorizam para os demais membros da sociedade, enquanto sinal da limpeza e modelo a ser seguido, bem como o ajustamento dos corpos em meio aos diferentes discursos oficiais que norteiam a sua utilidade, logo, estar vestido significa estar limpo, mas os corpos supostamente homogêneos, mascaram as diferenças sociais e muitas das vezes, as faltas de condições básicas deste aluno em suas origens.

REFERÊNCIA

SILVA, Katiene Nogueira da. **“Criança calçada, criança sadia!” Os uniformes no período de expansão da escola pública paulista**. Curitiba: Appris, 2018.